

A EDUCAÇÃO BÁSICA COMO LUGAR DE PERTENCIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: MODOS DE ESTAR NESTE ESPAÇO DE FORMAÇÃO CIDADÃO FORMAL

Karla Conceição Rosa da luz¹; Alana Maria Cerqueira de Oliveira²

¹ Mestranda da Faculdade de Educação UFRGS, Docente da Educação básica, karla.conceicao97@gmail.com.

² Doutoranda da Faculdade de Educação UFRGS, Docente da Educação Básica, alana.oliveira@ufac.br.

Palavras-Chave: Educação Básica; Pessoas com deficiência; Pertencimento; Atendimento Educacional Especializado; Trabalho Colaborativo.

Introdução

A Educação Básica que é divididas em três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, é muitas vezes os lugares sociais que na grande maioria vezes irão mediar as relações sociais com a diversidade humana, desta forma torna-se fundamental que as instituições escolares públicas e privadas estejam neste lugar de desenvolver ações cotidianas que além de educar para a vida, percebam que a pessoa com deficiência merece e precisa ter um lugar de pertencimento neste espaço acadêmico que foi conquistado por homens e mulheres que além de entenderem a importância da escolarização, puderam contribuir para mudanças em nossa sociedade, um exemplo disso, é Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) que foca na inclusão plena e preza pela cidadania tornando, ações cotidianas possíveis de serem repensadas, no viés da visão do ser anticapacitista também na educação.

O objetivo deste resumo expandido é demonstrar que ações simples, como ouvir as demandas requeridas, são pontos importantes de postura para com as pessoas com deficiência na instituição escolar, neste estudo analisado parte da observação ativa junto aos estudantes do Ensino Fundamental, etapa dos Anos Iniciais, de uma escola na periferia da cidade de Porto Alegre do Estado do Rio Grande do Sul. Neste estudo-pesquisa que foi acontecendo durante o ano letivo de 2025, tive três estudantes público-alvo da Educação Especial, na minha sala de aula, dois deles frequentaram a escola de forma regular, um simplesmente sumiu, posso dizer que apenas, vi ele um dia no ano letivo.

A escola realizou os trâmites legais, que significa fazer a busca ativa, mas ele desapareceu, espero que retorne à escola regularmente novamente, para que possa ter seu direito aos estudos garantido e respeito. Um dos meus estudantes, no começo do ano letivo pareceu ser uma criança, espontânea e desejosa pelos conhecimentos da escola, bem como as interações com seus colegas e professores e professoras. Este estudante além de ter certas limitações, como uma linguagem verbal comprometida, tinha potências muito significativas, era falante, criativo e além do mais educado para com todos.

Tive como professora regente entender muitas questões, entender que ele precisaria de mais tempo para poder se comunicar com qualidade, compreender que suas dúvidas eram válidas e necessárias para o andamento das aulas, e além disso precisar estar aberta para alguns recursos que iria precisar colocar em prática na sala de aula regular, um deles foi o uso da Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) que o mesmo fazia uso via recurso público tecnológico que a sala onde acontece o Atendimento Educacional Especializado disponibiliza para os estudantes.

Metodologia

A metodologia foi a escuta ativa das necessidades deste estudante em questão, que utiliza a comunicação aumentativa e alternativa, teve encontros com a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) dele que me forneceu ideias, apoios e uma postura afetiva com as minhas dúvidas, esteve presente como quem acolhe uma criança com respeito e disposição para ajudar. Neste sentido, de forma a dar andamento a um trabalho que tem como objetivo a cooperação entre sala de aula regular e sala AEE. Pode-se dizer que fizemos um trabalho colaborativo, e respeitoso, estivemos em reuniões juntas, atuamos em conselhos de classe e trocamos saberes pedagógicos, e o objetivo era apoiar e eliminar as barreiras (minimizar) que o estudante público-alvo da Educação Especial, tivesse durante sua vivência no espaço escolar no ano de 2025.

Resultados e discussão

Este trabalho docente que teve como objetivo a inclusão real do estudante que é uma pessoa com deficiência que convoca em nós profissionais da educação, um olhar que acolhe e que além de cuidar e ensinar, necessita estar dispostos a ampliar os horizontes.

Nesta perspectiva, diversidade humana transformar a atuação de uma docente regente, visto que ser uma postura inclusiva requer ações cotidianas sensíveis, pois é necessário quebrar alguns paradigmas educacionais que são resistentes no espaço escolar. É preciso se comunicar com o estudante de maneira a entender suas singularidades e potencialidades, afim de construir uma rede de apoio que seja inclusivo na essência da atividade laboral. E um dos resultados visíveis é, que para desenvolver práticas pedagógicas justas e com equidade, o senso de pertencimento é um divisor de águas para o estudante, quando o mesmo compreende que sua identidade, sua forma de interagir com o mundo é respeitada, pode-se ter uma aprendizagem, como Cida Bento nos convocou “Não existe aprendizagem sem pertencimento” e nota-se em um trabalho colaborativo, entre sala de aula regular e a sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE) a potência que a educação inclusiva pode alcançar na sala regular, mas como professora preciso anunciar que um trabalho colaborativo só pode acontecer com uma posição justa para com aqueles que necessitam, não existe trabalho colaborativo sozinho ou sozinha.

Conclusões

Este estudo-pesquisa aconteceu em âmbito municipal e apresenta uma eficiência significativa no que diz respeito a ações cotidianas de educação inclusiva na sala regular, demonstrando que o trabalho colaborativo, não é apenas uma alternativa para práticas pedagógicas para com pessoas com deficiência no espaço escolar. O estudo atingi a meta posta quando demonstra por meio das trocas sociais, das interações sociais que o estudante público-alvo da Educação Especial, se sente acolhido e pertencente a sua turma.

Sabe-se que na área da educação os resultados são formativos, ou seja, vão se dando ao longo do processo de ensino aprendizagem, ao final do ano letivo de 2025, como professora deste estudante, percebi mudanças preceptivos, como desenvolvimento da sua autonomia, consciência de regras e combinados, percepção de empatia para com os seus colegas em sala.

Sendo assim, a intervenção de um trabalho colaborativo desenvolve rede de apoios que vão para além da necessidade, ao final deste estudo, pode-se concluir que a educação inclusiva só pode ser realidade nas salas regulares, se as professoras e professores envolvidos tiverem a percepção que a educação básica é um direito de todos, e para aprender e se desenvolver é preciso um senso de pertencimento, que isso as legislações vigentes não vai dar, o que nos resta é como docentes inclusivos, acreditar na potência de vida de cada estudante, e juntos e juntas construir redes de apoio, para que a vida escolar da pessoa com deficiência seja levada a sério nos espaços escolares.

Referências Bibliográficas

D'MASCHIO, Ana Luísa (org.). “**Não existe aprendizagem sem pertencimento**”. 2025. Disponível em: <https://porvir.org/aprendizagem-pertencimento-cida-bento/>. Acesso em: 26 dez. 2025.

PRESIDENTA DA REPÚBLICA. **LEI Nº 13.146**: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. 1 ed. Brasília, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 26 dez. 2025.

